ANEXO - III

TERMO DE COMPROMISSO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO - TCRT			
Nome:			ENGENHEIRO AGRÔNOMO
Endereço:			
Bairro:			CEP:
Município:	UF:		
Tel. Fixo: ()	Tel. Cel.: ()		
E-mail:	CREA / _____rç:		
Nome da Empresa:	Cadastramento ADAPEC:		
Endereço:	Data de emissão:		
<p>O profissional acima identificado declara ser o RESPONSÁVEL TÉCNICO do(a) Produtor(a) de Sementes/Instituição de Pesquisa e/ou Ensino/ Usuário que reserva semente para uso próprio _____, CNPJ/CPF _____, cadastrada junto à Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins para o cultivo de soja, durante o vazio sanitário, na condição de excepcionalidade, de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA ESTADUAL Nº 05/2022. Declara, portanto, ter pleno conhecimento da legislação, normas, exigências e instruções em vigor para o cultivo durante o vazio sanitário, em todas as suas fases (janela de plantio, monitoramento, controle da ferrugem asiática da soja, data de colheita e eliminação de ligueira/guaxas), com as quais concorda plenamente, bem como acerca das exigências do CREA/TO sobre a responsabilidade técnica.</p> <p>Informa, ainda, que atuará, quando couber, em conjunto com os Engenheiros Agrônomos abaixo identificados, os quais assumem solidariamente a responsabilidade. A validade da coresponsabilidade acima disposta só expira no momento em que houver protocolo junto a ADAPEC de carta de anulação, devidamente assinada pelo desistente e com a ciência do responsável pela Empresa/Produtor de Sementes e/ou Ensino/ Usuário que reserva semente para uso próprio.</p> <p>Declara ainda o compromisso de realizar a Rotação de Princípios Ativos dos defensivos agrícolas, conforme recomendações dos comunicados técnicos da EMBRAPA.</p>			
Assinatura do Responsável Técnico:		De acordo:	
Nome:		(Assinatura do Produtor de Sementes/ Instituição de Pesquisa e/ou Ensino/ Usuário que reserva semente para uso próprio)	
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS SOLIDÁRIOS			
Nome:	CREA-____:	Assinatura:	
Nome:	CREA-____:	Assinatura:	

ANEXO IV CROQUI DAS LAVOURAS

- COORDENADAS GEOGRÁFICAS DA SEDE DA PROPRIEDADE;
- CROQUI DOS TALHÕES IDENTIFICADOS COM A ÁREA (PELO MENOS UMA COORDENADA GEOGRÁFICA DO CENTRO DE CADA TALHÃO OU SEUS VÉRTICES);
- IDENTIFICAÇÃO DAS VARIEDADES PLANTADAS EM CADA TALHÃO.

AGETO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2022/38960/001058

A Pregoeira da SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS da AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA, com base no Decreto nº 6.081/2020 do Governador do Estado do Tocantins, torna público para conhecimento dos interessados, a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 015/2023 da AGETO, do tipo MENOR PREÇO, objeto: aquisição de brita, areia e pedra de mão, realizada por intermédio do site: www.gov.br/compras, para as empresas abaixo relacionadas e classificadas no certame, em conformidade com as descrições constantes em suas Propostas de Preços e exigidas no edital, anexos aos autos:

Empresa: PEDREIRAS PARAÍSO LTDA-EPP CNPJ: 26.890.806/0001-96

Lote 02 Residência Rodoviária - RR-06 - Dianópolis					
Item	Descrição	Und.	Quantidade	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL.
06	Areia artificial (pó de pedra)	ton	1.400	R\$137,00	R\$191.800,00
07	Areia média	ton	1.400	R\$141,00	R\$197.400,00
08	Brita 0 (zero)	ton	2.000	R\$181,00	R\$362.000,00
09	Brita 1 (um)	ton	2.000	R\$177,00	R\$354.000,00
10	Pedra de mão	ton	1.400	R\$158,00	R\$221.914,00
VALOR GLOBAL					1.327.114,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega

1.2.1 As entregas serão realizadas nos pátios das Residências Rodoviárias, nos endereços informados abaixo.

Lote	Residência Rodoviária	Endereço/Local de Entrega
1	RR-02 - Araguaína	Av. Bernardo Sayão, nº 934, Bairro JK, Araguaína - TO
2	RR-06 - Dianópolis	Rua Benedito Povoa, nº 1.087, Setor Cavalcante, Dianópolis-TO
3	RR-07 - Paraíso	BR-153, Km 497, Zona Rural, Paraíso do Tocantins - TO

1.2.2 A Requisição com a ordem de fornecimento será fornecida à CONTRATADA, após a data de publicação da Ata de Registro de Preço ou da assinatura do contrato, em conformidade à necessidade em adquirir o produto, a ser emitida pela Diretoria de Conservação e Recuperação Rodoviária.

1.2.3 Após o recebimento da Requisição, a empresa deverá liberar o produto requisitado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de sujeitar-se às sanções legalmente previstas.

1.2.4 As requisições deverão conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa da Ata de Registro de Preço, número do contrato (caso houver), identificação da contratada, local de entrega, Residência Rodoviária, especificação dos itens e suas respectivas quantidades, conforme modelo do Anexo V.

1.2.5 As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA, inclusive por correio eletrônico.

1.3. Condições para Contratação:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O contrato terá a sua vigência conforme estabelecido no Termo de Referência.

c) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

d) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

e) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 22 do Decreto 6.081/2020.

f) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.4. Condições de Pagamentos:

1.4.1 Os pagamentos serão efetuados, nos casos de baixa da Ata de Registro de Preços, após o atesto da nota fiscal pelo (s) servidor (es) indicado (s), cujos valores serão obtidos com o produto dos quantitativos efetivamente executados pelos respectivos preços unitários propostos no processo licitatório.

1.4.2 Nos casos de contratos firmados, os pagamentos serão efetuados por meio de medições mensais, cujos valores serão obtidos com o produto dos quantitativos efetivamente entregues pelos respectivos preços unitários propostos no processo licitatório.

1.4.3 As medições serão efetivadas, preferencialmente, no final de cada período mensal, tomando-se como final do período, o último dia de cada mês. Todavia, a primeira medição poderá ser realizada após a expedição da Ordem de Serviço, no final do mês em curso, e a última medição, após a conclusão do serviço de fornecimento, independente do período mensal.

1.4.4 Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (Medição Final).

1.4.5 As medições mensais serão efetivadas por engenheiro (s) fiscal (is) designados (s) pela a AGETO, após atendidos os critérios de aceitabilidade contidos neste TDR.

1.4.6 As medições constarão de folhas-resumo, com a relação dos produtos entregues, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

1.4.7 As notas fiscais deverão fornecer a identificação do contratante, da contratada, local de entrega e descrição, quantidade, preço unitário e preço total do objeto, de acordo com o discriminado no Edital, seus anexos e na proposta adjudicada.

1.4.8 O prazo previsto para pagamento será em conformidade com a alínea "a", do inciso XIV, do art. nº 40, da Lei 8.8666/93, a partir do atesto da nota fiscal.

1.5. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, através de seu representante credenciado no certame e o Gestor da AGETO.

Palmas - TO, 28 de setembro de 2023.

MÁRCIO PINHEIRO RODRIGUES
Presidente da AGETO

PEDREIRAS PARAÍSO LTDA-EPP
CNPJ: 26.890.806/0001-96

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO 2022/38960/001058

A Pregoeira da SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS da AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA, com base no Decreto nº 6.081/2020 do Governador do Estado do Tocantins, torna público para conhecimento dos interessados, a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 015/2023 da AGETO, do tipo MENOR PREÇO, objeto: aquisição de brita, areia e pedra de mão, realizada por intermédio do site: www.gov.br/compras, para as empresas abaixo relacionadas e classificadas no certame, em conformidade com as descrições constantes em suas Propostas de Preços e exigidas no edital, anexos aos autos:

Empresa: FERREIRA DUARTE CONSTRUÇÕES LTDA- ME
CNPJ: 13.578.381/0001-32

Lote 01 Residência Rodoviária - RR-02 - Araguaína					
Item	Descrição	Und.	Quantidade	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Areia artificial (pó de pedra)	ton	1.400	R\$ 100,00	R\$ 140.000
02	Areia média	ton	1.400	R\$110,00	R\$154.000
03	Brita 0 (zero)	ton	30.000	R\$125,00	R\$3.750.000
04	Brita 1 (um)	ton	7.000	R\$115,00	R\$805.000
05	Pedra de mão	ton	1.400	R\$115,00	R\$161.000
VALOR GLOBAL					5.010.000,00

Lote 03 Residência Rodoviária - RR-07 - Paraíso					
Item	Descrição	Und.	Quantidade	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	Areia artificial (pó de pedra)	ton	1.400	R\$87,00	R\$121.800
12	Areia média	ton	1.400	R\$90,00	R\$126.000
13	Brita 0 (zero)	ton	30.000	R\$133,00	R\$3.990.000
14	Brita 1 (um)	ton	7.000	R\$133,50	R\$934.500
15	Pedra de mão	ton	1.400	R\$125,00	R\$175.000
VALOR GLOBAL					5.362.300,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega

1.2.1 As entregas serão realizadas nos pátios das Residências Rodoviárias, nos endereços informados abaixo.

Lote	Residência Rodoviária	Endereço/Local de Entrega
1	RR-02 - Araguaína	Av. Bernardo Sayão, nº 934, Bairro JK, Araguaína - TO
2	RR-06 - Dianópolis	Rua Benedito Povoa, nº 1.087, Setor Cavalcante, Dianópolis-TO
3	RR-07 - Paraíso	BR-153, Km 497, Zona Rural, Paraíso do Tocantins - TO

1.2.2 A Requisição com a ordem de fornecimento será fornecida à CONTRATADA, após a data de publicação da Ata de Registro de Preço ou da assinatura do contrato, em conformidade à necessidade em adquirir o produto, a ser emitida pela Diretoria de Conservação e Recuperação Rodoviária.

1.2.3 Após o recebimento da Requisição, a empresa deverá liberar o produto requisitado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de sujeitar-se às sanções legalmente previstas.

1.2.4 As requisições deverão conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa da Ata de Registro de Preço, número do contrato (caso houver), identificação da contratada, local de entrega, Residência Rodoviária, especificação dos itens e suas respectivas quantidades, conforme modelo do Anexo V.

1.2.5 As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA, inclusive por correio eletrônico.

1.3. Condições para Contratação:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O contrato terá a sua vigência conforme estabelecido no Termo de Referência.

c) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

d) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

e) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 22 do Decreto 6.081/2020.

f) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.